



IFPI

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

**INGLÊS - PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO,
TÉCNICO E TECNOLÓGICO (EBTT)**

- ▶ Legislação
- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL 22/GAB/REI/IFPI, DE
10 DE FEVEREIRO DE 2026**



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



IFPI

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ**

**Inglês- Professor do
Ensino Básico, Técnico e
Tecnológico (EBTT)**

**EDITAL 22/GAB/REI/IFPI, DE 10 DE FEVEREIRO DE
2026**

**CÓD: SL- 045FV-26
7908433291282**

Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Título VIII, Capítulo III, seção I - Da Educação e suas alterações	7
2. Lei nº 8.112, de 11/12/90: Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.....	10
3. Lei nº 11.892, de 29/12/2008: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências	36
4. Lei nº 9.394, de 20/12/1996 e suas alterações: Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	40
5. RESOLUÇÃO NORMATIVA CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI Nº 253, 22 de dezembro de 2025 - Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI.....	60
6. Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica	60

Língua Portuguesa

1. Textualidade: leitura e interpretação de textos verbais e não verbais	73
2. Recursos estilísticos (figuras de linguagem).....	74
3. Coesão e coerência	77
4. Norma padrão e variantes linguísticas	78
5. Ortografia oficial vigente da língua portuguesa: uso dos acentos gráficos.....	79
6. Uso do sinal indicativo de crase	83
7. Morfologia: classes gramaticais e processos de flexão e formação das palavras	83
8. Sintaxe: regência verbal e nominal	99
9. Concordância verbal e nominal	102
10. Colocação pronominal	104
11. Uso dos sinais de pontuação	105
12. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia; polissemia, ambiguidade e efeitos de sentido (denotação e conotação)	107

Conhecimentos Específicos

Inglês - Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT)

1. Complexity theory and language acquisition.....	121
2. Nativist, environmentalist, and interactionist theories and approaches in English language teaching	122
3. Discursive genres and English language teaching	123
4. Teaching English as a social practice	124
5. Grammar (Verbs: Ordinary, auxiliary and modals, regular and irregular, Verb tenses, Reported speech, Passive Voice, Phrasal verbs, Infinitive and gerund constructions).....	125
6. Information and communication technologies applied to English language teaching	132
7. English for specific purposes (ESP): theory and application in English language classes	133
8. Elements of reference in text comprehension	134
9. Inference in the process of textual comprehension	135

ÍNDICE

10. The importance of verbal and nominal groups in the teaching and learning process.....	136
---	-----

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988; TÍTULO VIII, CAPÍTULO III, SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO E SUAS ALTERAÇÕES

Educação:

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTUALIDADE: LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

► Importância da Compreensão dos Tipos de Linguagem

Entender os tipos de linguagem é crucial para uma interpretação de textos eficaz, pois permite que o leitor reconheça como as mensagens são construídas e transmitidas. Em textos que utilizam apenas a linguagem verbal, a atenção deve estar voltada para o que está sendo dito e como as ideias são organizadas. Já em textos que empregam a linguagem não-verbal ou mista, o leitor deve ser capaz de identificar e interpretar símbolos, imagens e outros elementos visuais, integrando-os ao conteúdo verbal para chegar a uma interpretação completa.

Desenvolver a habilidade de identificar e interpretar os diferentes tipos de linguagem contribui para uma leitura mais crítica e aprofundada, algo essencial em provas que avaliam a competência em Língua Portuguesa. Essa habilidade é um diferencial importante para a compreensão do que está explicitamente escrito e para a interpretação das nuances que a linguagem não-verbal ou mista pode adicionar ao texto.

RECURSOS ESTILÍSTICOS(FIGURAS DE LINGUAGEM)

As figuras de linguagem ou de estilo são empregadas para valorizar o texto, tornando a linguagem mais expressiva. É um recurso linguístico para expressar de formas diferentes experiências comuns, conferindo originalidade, emotividade ao discurso, ou tornando-o poético.

As figuras de linguagem classificam-se em:

- Figuras de palavra;
- Figuras de pensamento;
- Figuras de construção ou sintaxe.

► Figuras de palavra

Emprego de um termo com sentido diferente daquele convencionalmente empregado, a fim de se conseguir um efeito mais expressivo na comunicação.

- **Metáfora:** comparação abreviada, que dispensa o uso dos conectivos comparativos; é uma comparação subjetiva. Normalmente vem com o verbo de ligação claro ou subentendido na frase.

Exemplos:

...a vida é cigana
É caravana
É pedra de gelo ao sol.

(Geraldo Azevedo/ Alceu Valença)

Encarnado e azul são as cores do meu desejo.

(Carlos Drummond de Andrade)

- **Comparação:** aproxima dois elementos que se identificam, ligados por conectivos comparativos explícitos: como, tal qual, tal como, que, que nem. Também alguns verbos estabelecem a comparação: parecer, assemelhar-se e outros.

Ex.: *Estava mais angustiado que um goleiro na hora do gol, quando você entrou em mim como um sol no quintal.*

(Belchior)

- **Catacrese:** emprego de um termo em lugar de outro para o qual não existe uma designação apropriada.

Exemplos:

folha de papel
braço de poltrona
céu da boca
pé da montanha

- **Sinestesia:** fusão harmônica de, no mínimo, dois dos cinco sentidos físicos.

Ex.: *Vem da sala de linotipos a doce (gustativa) música (auditiva) mecânica.*

(Carlos Drummond de Andrade)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

COMPLEXITY THEORY AND LANGUAGE ACQUISITION

FUNDAMENTOS DA TEORIA DA COMPLEXIDADE

A Teoria da Complexidade surge a partir de estudos interdisciplinares nas áreas de física, biologia, matemática e ciências cognitivas, especialmente a partir do século XX. Ela busca compreender fenômenos que não podem ser explicados por modelos lineares de causa e efeito.

Um conceito central é o de Complex Adaptive Systems (CAS) — Sistemas Complexos Adaptativos. Um CAS é composto por múltiplos elementos interconectados que interagem entre si e com o ambiente, produzindo padrões organizados sem que haja um controle central rígido.

Entre as principais características desses sistemas, destacam-se:

Não-linearidade: Pequenas mudanças podem gerar grandes efeitos, e grandes estímulos podem gerar respostas mínimas. No aprendizado de inglês, por exemplo, um simples contato significativo com a língua pode desencadear avanços expressivos.

Auto-organização: O sistema reorganiza-se internamente a partir das interações entre seus componentes. O aprendiz não apenas “recebe” regras gramaticais; ele constrói padrões progressivamente.

Emergência: Propriedades globais surgem das interações locais. A fluência, por exemplo, emerge gradualmente da interação entre vocabulário, sintaxe, pragmática e uso comunicativo.

Sensibilidade às condições iniciais: O ponto de partida do aprendiz (idade, contexto social, motivação, exposição prévia) influencia fortemente seu desenvolvimento linguístico.

Ao aplicar esses princípios à linguagem, passa-se a vê-la como um fenômeno vivo, dinâmico e em constante reorganização.

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM SOB A PERSPECTIVA TRADICIONAL

Antes da incorporação da teoria da complexidade, três grandes correntes dominaram os estudos de aquisição da linguagem.

O behaviorismo, associado a B. F. Skinner, defendia que a linguagem era aprendida por meio de estímulo-resposta e reforço. A aprendizagem era vista como formação de hábitos linguísticos. Essa abordagem foi criticada por não explicar adequadamente a criatividade linguística.

O inatismo, liderado por Noam Chomsky, propôs a existência de uma Gramática Universal inata. Segundo essa perspectiva, os seres humanos já nascem com estruturas cognitivas específicas para a linguagem. A aquisição seria, portanto, a ativação de princípios previamente existentes.

O interacionismo buscou equilibrar as duas visões anteriores, destacando o papel da interação social e do ambiente no desenvolvimento linguístico.

Embora cada uma dessas teorias tenha contribuído significativamente, todas tendem a apresentar modelos relativamente estáveis e estruturados do desenvolvimento linguístico. A teoria da complexidade rompe com essa linearidade.

COMPLEXITY THEORY APLICADA À LANGUAGE ACQUISITION

Quando aplicamos a teoria da complexidade à aquisição da linguagem, passamos a compreender o processo como um sistema dinâmico. O desenvolvimento linguístico não ocorre em estágios fixos e previsíveis, mas sim por meio de flutuações, reorganizações e períodos de instabilidade.

A variabilidade deixa de ser vista como erro ou deficiência e passa a ser interpretada como parte constitutiva do processo. Um aluno pode utilizar corretamente uma estrutura verbal em um momento e errá-la em outro. Isso não representa regressão, mas reorganização interna do sistema linguístico.

O input linguístico, nesse contexto, não é simplesmente absorvido; ele interage com conhecimentos prévios, experiências sociais e fatores afetivos. A aprendizagem emerge da interação entre múltiplos fatores: cognitivos, sociais, emocionais e contextuais.

Outro ponto fundamental é a noção de desenvolvimento não linear. O progresso não ocorre em linha reta. Há saltos qualitativos, momentos de estagnação e reorganizações abruptas.

Assim, a linguagem é entendida como um sistema adaptativo que evolui continuamente.

IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA

A adoção da teoria da complexidade transforma profundamente a prática pedagógica.

Primeiramente, o erro deixa de ser encarado como falha definitiva. Ele passa a ser sinal de desenvolvimento. O professor deve interpretar o erro como evidência de que o sistema linguístico do aluno está em processo de reorganização.

Em segundo lugar, o contexto ganha papel central. A aprendizagem significativa depende de interação autêntica e uso real da língua. Atividades comunicativas, tarefas colaborativas e exposição variada ao idioma tornam-se essenciais.

Além disso, a avaliação deve ser formativa e processual. Em vez de medir apenas o produto final, deve-se observar o desenvolvimento ao longo do tempo. A fluência não surge de forma imediata, mas como resultado de múltiplas interações acumuladas.

Essa abordagem valoriza a autonomia do aprendiz e reconhece que cada trajetória de aprendizagem é única.

NATIVIST, ENVIRONMENTALIST, AND INTERACTIONIST THEORIES AND APPROACHES IN ENGLISH LANGUAGE TEACHING

ENVIRONMENTALIST THEORY (BEHAVIORISM)

A teoria ambientalista tem como base o behaviorismo, corrente psicológica associada principalmente a B. F. Skinner. Segundo essa perspectiva, a linguagem é adquirida por meio de estímulo, resposta e reforço. O comportamento linguístico seria, portanto, resultado de hábitos formados pela repetição e pela associação entre forma e significado.

No contexto do ensino de Língua Inglesa, essa teoria deu origem ao chamado Audiolingual Method, amplamente utilizado nas décadas de 1950 e 1960. Suas principais características incluem:

- Ênfase na repetição (drills)
- Memorização de estruturas
- Correção imediata de erros
- Forte foco na pronúncia e na estrutura gramatical

O erro, nessa perspectiva, é visto como algo negativo, que deve ser corrigido rapidamente para evitar a formação de “hábitos incorretos”.

Exemplo prático:

O professor apresenta a estrutura “I am studying.”

Os alunos repetem diversas vezes, substituindo o verbo ou o sujeito:

“I am reading.” / “She is studying.” / “They are working.”

A crítica principal ao behaviorismo é que ele não explica a criatividade linguística. Crianças produzem frases que nunca ouviram antes, o que sugere que a linguagem não é apenas imitação e repetição.

Apesar das críticas, elementos behavioristas ainda são utilizados, especialmente em fases iniciais do aprendizado, quando a repetição pode auxiliar na automatização de estruturas.

NATIVIST THEORY

A teoria nativista ganhou força com Noam Chomsky, na década de 1960. Em oposição ao behaviorismo, Chomsky argumentou que os seres humanos nascem com uma capacidade inata para adquirir linguagem — a chamada Language Acquisition Device (LAD).

Segundo essa teoria, existe uma Gramática Universal (Universal Grammar), um conjunto de princípios linguísticos compartilhados por todas as línguas humanas. A exposição ao input linguístico ativa essa capacidade inata.

No ensino de Língua Inglesa, essa abordagem influenciou métodos que valorizam:

- A exposição significativa à língua (input comprehensible)
- A ideia de que a aquisição ocorre naturalmente, se houver condições adequadas
- A redução do foco excessivo em correções mecânicas

Stephen Krashen, embora não seja estritamente chomskiano, desenvolveu hipóteses alinhadas ao inatismo, como a Input Hypothesis, segundo a qual o aprendizado ocorre quando o aluno é exposto a input ligeiramente acima do seu nível atual ($i + 1$).

Exemplo prático:

Um aluno que compreende estruturas básicas no presente simples é exposto a narrativas curtas no passado simples. Com apoio contextual, ele internaliza gradualmente a nova estrutura.

O erro, nessa perspectiva, é visto como parte natural do desenvolvimento linguístico — um reflexo de hipóteses internas em formação.

A principal crítica ao nativismo é que ele tende a minimizar o papel do contexto social e da interação na aprendizagem.

INTERACTIONIST THEORY

O interacionismo surge como uma tentativa de integrar fatores biológicos e ambientais. Inspirado em autores como Lev Vygotsky, essa perspectiva enfatiza o papel da interação social no desenvolvimento linguístico.

A linguagem é adquirida por meio da comunicação significativa com outros indivíduos. Conceitos centrais incluem:

- Zone of Proximal Development (ZPD)
- Scaffolding (andaimes pedagógicos)
- Mediação social

No ensino de inglês, essa abordagem fundamenta o Communicative Approach, que valoriza:

- Atividades comunicativas reais
- Trabalho em pares e grupos
- Negociação de significado
- Uso funcional da língua

Exemplo prático:

Alunos realizam uma tarefa em que precisam planejar uma viagem em inglês. Durante a atividade, negociam vocabulário, corrigem-se mutuamente e constroem sentido coletivamente.

O erro, aqui, é visto como parte do processo interativo e pode ser trabalhado de forma reflexiva, sem interromper a comunicação.

O interacionismo é amplamente aceito na Linguística Aplicada contemporânea por oferecer uma visão mais equilibrada do processo de aquisição.

COMPARAÇÃO CRÍTICA ENTRE AS TEORIAS

Podemos sintetizar as diferenças principais:

Environmentalism:

- Foco no ambiente
- Aprendizagem como formação de hábitos
- Ênfase na repetição
- Erro como falha



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!